



## **1.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa Finanças, Património, Recursos Humanos e Descentralização**

Recomendação 094/01 Sobre a [Proposta 847/2019](#)

### **Considerando que,**

- 1 - A proposta em apreço procede à celebração de Contratos de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e as Freguesias de Benfica, Campolide, Carnide, Estrela, Olivais, Parque das Nações e São Domingos de Benfica, no âmbito do fornecimento de refeições escolares e gestão dos respetivos refeitórios;
- 2 - as Freguesias asseguram o fornecimento de três refeições: pequeno-almoço, almoço e lanche;
- 3 - estão previstas dietas por motivos de saúde ou religiosos;
- 4 - compete ainda às Freguesias a realização de, pelo menos, três ações de promoção e divulgação do Programa de Alimentação Escolar – “Crescer Saudável”, que faz parte do Plano Municipal de Alimentação Escolar Saudável;
- 5 - a Proposta prevê a afetação de recursos financeiros para o efeito, no montante global de **5.542.991,47 €** (cinco milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, novecentos e noventa e um euros e quarenta e sete centimos), distribuídos da seguinte forma:
  - a) Freguesia de Benfica: 1.073.144,40 €
  - b) Freguesia de Campolide: 242.583,12 €
  - c) Freguesia de Carnide: 1.041.389,47 €
  - d) Freguesia da Estrela: 297.016,44 €
  - e) Freguesia dos Olivais: 1.655.610,05 €
  - f) Freguesia do Parque das Nações: 309.705,50 €
  - g) Freguesia de São Domingos de Benfica: 923.542,49 €
- 6 - a Proposta prevê o fornecimento de refeições escolares e gestão dos respetivos refeitórios para os anos letivos 2019/2020, 2020/2021 e 2021/2022;

### **A 1.ª Comissão Permanente – Finanças, Património, Recursos Humanos e Descentralização propõe ao Plenário da Assembleia que delibere recomendar à Câmara Municipal que:**

1. Dê continuidade ao incremento do número e âmbito de contratos de delegação de competências, sempre que seja de interesse para a cidade e para as populações locais;
2. Seja assegurado o cumprimento da Lei n.º 11/2017, de 17 de abril, designadamente a obrigação de existência da opção vegetariana;
3. Seja assegurado o tratamento de dados pessoais, em conformidade com o artigo 9º do RGPD, quando se trate de opção de refeição por razões religiosas ou filosóficas.

Assembleia Municipal de Lisboa, 5 de dezembro de 2019

A Presidente da 1.ª Comissão

Irene Lopes

A Deputada-Relatora

Rute Lima